



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA JURÍDICA

EXMO. SR. PRESIDENTE

PELOM 02/2019

A autoria da presente Proposição é conjunta dos Vereadores que subscrevem concomitantemente.

Trata-se de Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal que *Dá nova redação ao caput do art. 16 da Lei Orgânica do Município de Sorocaba. (Sobre a convocação de Vereador suplente).*

De plano, destaca-se que este Projeto de Emenda à Lei Orgânica encontra respaldo em nosso ordenamento jurídico, com base nos fundamentos que se seguem:

Constata-se que este PELOM visa atualizar as hipóteses de convocação de suplentes, vejamos:

Art. 1º O caput do art. 16 da Lei Orgânica do Município de Sorocaba, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. No caso de vaga, licença, afastamento judicial ou investidura no cargo de Secretário Municipal, far-se-á convocação do suplente pelo Presidente da Câmara”.

Art. 2º As despesas com a execução da presente Emenda correrão por conta de verba orçamentária própria.

Art. 3º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Com relação ao processo legislativo sobre Emendas a Lei Orgânica, dispõe a LOM:

Art. 35. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:
I – emenda à Lei Orgânica Municipal;



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA JURÍDICA

Quanto aos **aspectos formais**, verifica-se que este PELOM **observou o art. 36, I**, da LOM, sendo **proposto por um terço, no mínimo, dos Vereadores**.

Art. 36. A **Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada** mediante proposta:

I – **de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal**;

§ 1º - A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em dois turnos de discussão e votação, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos membros da Câmara.

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com respectivo número de ordem.

No **aspecto material**, a proposição inclui **nova hipótese de convocação de suplente**, para o caso de **afastamento judicial de vereador**, o que, vai de encontro ao ordenamento jurídico brasileiro, que prevê hipóteses de afastamento de agente político, sem, no entanto, permitir-se que a Casa Legislativa se veja frustrada no número de componentes.

Desta forma, a Constituição Federal, em seu art. 29, IV, prevê limites de composição de vereadores em Câmaras Municipais, de acordo com o número de habitantes do município:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

(...)

IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito) (Vide ADIN 4307)

a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

c) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

d) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

e) 17 (dezesete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA JURÍDICA

f) 19 (dezenove) Vereadores, nos Municípios de mais de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes e de até 160.000 (cento sessenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

g) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

h) 23 (vinte e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes e de até 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

i) 25 (vinte e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes e de até 600.000 (seiscentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

j) 27 (vinte e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

k) 29 (vinte e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes e de até 900.000 (novecentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

l) 31 (trinta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 900.000 (novecentos mil) habitantes e de até 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

m) 33 (trinta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes e de até 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

n) 35 (trinta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes e de até 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

o) 37 (trinta e sete) Vereadores, nos Municípios de 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes e de até 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

p) 39 (trinta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes e de até 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

q) 41 (quarenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes e de até 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

r) 43 (quarenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes e de até 3.000.000 (três milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

s) 45 (quarenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 3.000.000 (três milhões) de habitantes e de até 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

t) 47 (quarenta e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes e de até 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

u) 49 (quarenta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes e de até 6.000.000 (seis milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

v) 51 (cinquenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 6.000.000 (seis milhões) de habitantes e de até 7.000.000 (sete milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

w) 53 (cinquenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 7.000.000 (sete milhões) de habitantes e de até 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; e (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA JURÍDICA

x) 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

Logo, a opção por um mecanismo de convocação de suplentes, é de vital importância para observância dos percentuais lá previstos, bem como a **maximização do Princípio Democrático** (art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal)¹.

Tal cenário, de vacância de cadeiras legislativas no caso de afastamento judicial de vereador, com eventual dúvida sobre convocação de suplentes por lacuna normativa, não é um cenário novo no direito brasileiro, sendo que, em casos semelhantes, a saída adotada tem sido a **regulamentação da matéria², e a convocação dos suplentes (inclusive, por determinação judicial).**

No Tribunal de Justiça de São Paulo, decidiu a 12ª Câmara de Direito Público:

MANDADO DE SEGURANÇA. Vereador afastado temporariamente por decisão judicial. Indeferimento do pedido de assunção do cargo pelo suplente pela Câmara Municipal, por falta de amparo na legal - Impossibilidade. **Composição do órgão legislativo possui amparo na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal Necessidade de manutenção do número de Vereadores ante a prevalência do interesse público.** Sentença que concedeu a ordem mantida. RECURSOS DESPROVIDOS.

(...)

Embora a Constituição Federal trate do número máximo de vereadores, in casu, o Município de São Bernardo do Campo adotou o limite previsto, conforme disposição da Lei Orgânica:

(...)

Portanto, a **ausência de um vereador para o funcionamento regular da Câmara Municipal resulta em ofensa à legislação municipal e à Constituição Federal, afrontando a representatividade da população no órgão legislativo.**

¹ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

² EQUIPE ACONTECE. **Vereador propõe alteração no regimento interno da Câmara para tornar célere o chamamento de suplentes.** Política. Petrópolis-RJ. Publicado em 08 de junho de 2018. Disponível em <<http://www.aconteceempetropolis.com.br/2018/06/08/vereador-propoe-alteracao-no-regimento-interno-da-camara-para-tornar-celere-o-chamamento-de-suplentes/>>.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA JURÍDICA

[SÃO PAULO. TJSP. Ap/Reex Nec. Nº 1022543-10.2018.8.26.0564. 12ª Câmara de Direito Público. Rel. Des. Isabel Cogan. Julg em 21 de agosto de 2019].

Da mesma forma, a 8ª Câmara de Direito Público:

REMESSA NECESSÁRIA. Mandado de Segurança. **Pretensão à convocação e posse de suplente de vereador no Município de Santo André. Admissibilidade.** Vereadora afastada de seu mandato eletivo pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias) para investigação por envolvimento em quadrilha que fraudava o Instituto Nacional do Seguro Social INSS. REMESSA NECESSÁRIA DESACOLHIDA.

(...)

Como o afastamento inicial da vereadora Elian Saraiva Barbosa de Santana foi fixado em 180 (cento e oitenta) dias, período temporal relevante, **é necessário a recomposição da integralidade do número de vereadores, preservando-se assim a colegialidade parlamentar conforme o art. 29, IV**, alínea “k”, da Constituição Federal e o art. 6º, § 2º, VI, da Lei Orgânica de Santo André. Ante o exposto, DESACOLHE-SE A REMESSA NECESSÁRIA.

[SÃO PAULO. TJSP. Reex Nec. Nº 1000231-36.2019.8.26.0554. 8ª Câmara de Direito Público. Rel. Des. Antonio Celso Faria. Julg em 12 de agosto de 2019].

Por último, observa-se que além deste Projeto de Emenda à Lei Orgânica, há o **PR 14/2019**, que alterando o Regimento Interno, também trata do mesmo assunto (convocação de suplentes), devendo-se observar o que diz o art. 139, do RIC:

Art. 139. **Havendo 2 (dois) ou mais projetos semelhantes** em tramitação legislativa, **o Presidente da Câmara determinará que prevaleça na tramitação aquele que tiver sido protocolizado com maior antecedência** e que os demais projetos sejam apensos ao primeiro. (Redação dada pela Resolução nº 371, de 29 de setembro de 2011)

Neste caso, salienta-se que **não há a necessidade de se apensar** um Projeto ao outro, uma vez que são de espécies normativas distintas. No entanto, ressalta-se que por tratarem da mesma matéria, **é recomendável a tramitação conjunta dos mesmos**.

Ante o exposto, **nada a opor** sob o aspecto legal da proposição, que dependerá de **dois turnos de discussão e votação**, considerando-se **aprovada** quando obtiver, em **ambos, dois terços dos votos dos membros da Câmara**, nos termos do previsto no §1º do art. 36 da Lei Orgânica Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA JURÍDICA

É o parecer.

Sorocaba, 10 de setembro de 2019.

LUCAS DALMAZO DOMINGUES
Diretor de Divisão de Assuntos Jurídicos

De acordo:

MARCIA PEGORELLI ANTUNES
Secretária Jurídica